



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



Mulheres do campo:
empoderamento e valorização do trabalho no cotidiano de agricultoras rurais

Tamires Leal Rêgo¹, Kary Emanuelle Reis Coimbra²

Picos
2016

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Professor da UFPI, mestre, orientador.*

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R467m Rêgo, Tamires Leal.

Mulheres do campo: empoderamento e valorização do trabalho
no cotidiano de agricultoras rurais / Tamires Leal Rêgo . – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (28f.)

Monografia(Bacharelado em Administração) – Universidade
Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador(A): Prof^ª. Ma. Kary Emanuelle Reis Coimbra

1. Campo-Trabalho Feminino. 2. Agricultora-Cotidiano. 3.
Empoderamento-Mulher. I. Título.

CDD 658



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Edúardo S. N. - Bairro Junco - 64.000-000 - Picos - PI
Fone (89) 3422-1087 - Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TAMIRES LEAL RÊGO

Mulheres do campo
empoderamento e valorização do trabalho no cotidiano de agricultoras rurais

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como

- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições

Observações a nota esta condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos

Picos (PI), 29 de julho de 2016

Kary Emanuelle Reis Coimbra
(Orientador - Kary Emanuelle Reis Coimbra - Ma)

Douglas Moraes Bezerra
(Membro 1 - Douglas Moraes Bezerra - Me)

Marcus Santos de Sousa
(Membro 2 - Marcus Santos de Sousa - Me)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o cotidiano de trabalho das agricultoras rurais e a percepção de empoderamento que elas têm quanto a sua atividade. Vemos que embora a população rural apresente maior resistência à inversão de papéis entre homens e mulheres, podemos dizer que essa mudança de paradigma está aos poucos penetrando o contexto rural. É crescente a participação das mulheres que atuam diretamente na zona rural, já são mais de 3,5 milhões de mulheres atuando diretamente no campo. Além disso, elas almejam tornar o seu trabalho visível e ter uma profissão socialmente reconhecida. (GLOBO RURAL, 2014; CARNEIRO, 1994). A pesquisa constitui-se de um estudo de caso exploratório e descritivo de teor qualitativo. Para a coleta de dados utilizamos entrevistas com base em um roteiro semiestruturado. Os resultados obtidos puderam constatar que a atividade agrícola dá sentido à vida das agricultoras e ânimo para enfrentar as barreiras que a sociedade impõe, ficando bastante nítida a importância que a renda auferida através do trabalho feminino representa: um símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Agricultura. Cotidiano. Empoderamento.

ABSTRACT

The present work has per objective analyze the daily work rural women farmers and the perception of empowerment that they have how much their activity. We see that though the rural population presents more resistance to inversion of roles between men and women, we can say that this paradigm is bit by bit penetrating the rural context. There is increasing participation of women that act directly in a rural location there are more than 3.5 million women acting directly in the field. In addition, they aspire make their work visible and to have a profession socially recognized. (GLOBO RURAL, 2014; CARNEIRO, 1994). The survey consists of a study of exploratory and descriptive case of qualitative content. For the data collection we have utilized interviews based on a semi-structured script. The obtained results were able to see that agricultural activity gives meaning to the life of women farmers and courage to face the barriers that society imposes, staying very clear the importance it the income earned across the women's work represents: one affirmation symbol and legitimation forth the husband, family and others.

Keywords: Female work. Agriculture. Daily. The empowerment.

1 INTRODUÇÃO

O exercício da atividade feminina no mercado de trabalho se deu com o advento das I e II Guerras Mundiais, a partir de então progressivamente a mulher tem alcançado mais espaço no mercado e se tornado cada vez mais qualificada. Embora ainda ocorram desigualdades salariais, as mulheres continuam firmes na luta em busca pela sua valorização e por melhor qualidade de vida. O sistema patriarcal que a tempos vigora na sociedade nem sempre foi vigente, na pré-história a mulher foi a primeira detentora das técnicas de produção agrícola. A sociedade primitiva se caracterizava como um sistema de comunismo primitivo, todos os membros eram iguais, inclusive as mulheres.

Nesse sistema, os meios de produção eram de todos, e cada membro da comunidade trabalhava igualmente a todos os demais. Além disso, a sociedade primitiva era matriarcal, e sua unidade estava constituída pela gens materna ou pelo clã materno. O mito de que as mulheres são um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classes patriarcal. No

primitivo sistema matriarcal, baseado em princípios comunistas, não existia nenhuma forma de dominação de um sexo sobre o outro, pelo contrário, as mulheres ocupavam uma posição relevante, usufruindo de grande liberdade e independência, assim ocuparam posições influentes e respeitadas pela comunidade. Quando surgiu o novo sistema de propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família, o sistema patriarcal se implantou, o homem se apossou da produção e criação da mulher. Esse é o cenário que por anos vem se arrastando, mas é por meio dos movimentos feministas que a mulher luta pela retomada de uma sociedade onde todos são iguais, na qual a figura feminina volte a ocupar sua posição de relevância além de poder gozar de liberdade e independência em uma sociedade onde não haja nenhuma forma de dominação de um sexo sobre o outro (ENGELS, 1991; LAIZO, 2013; REED, 2014).

A presença das mulheres rurais na produção agrícola é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras (SALES, 2007).

A participação das mulheres em movimentos de reivindicação feministas foi um dos principais estimuladores da mudança de percepção e de comportamento das mulheres agricultoras rurais, além de programas do governo como o Pronaf Mulher. Essa atuação progressiva da mulher proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora.

A relevância deste estudo está no fato de que as mulheres estão, por conseguinte, tomando para si papéis até então ditos tão somente masculinos, assumindo por vezes o posto de chefe da casa e tendo de ser mantenedoras do sustento de toda a família. Observando o panorama histórico, podemos perceber quão crescente é a participação e o envolvimento das mulheres agricultoras rurais na busca de sua valorização. Com isso, a agricultura tem se mostrado uma atividade tanto próspera quanto desejável, social e economicamente. (GEORGIN *et al.*, 2015).

Tendo em vista a importância da atividade no processo de empoderamento, visamos o interesse de investigar como o cotidiano de trabalho de mulheres agricultoras rurais se configura em termos de empoderamento. A pesquisa terá grande valor para a sociedade, pois se propõe a apresentar a influência e relevância na resignificação da figura feminina num processo de empoderamento e valorização por meio do trabalho agrícola.

Diante do exposto, apresentamos o seguinte questionamento: **“como o cotidiano de trabalho de mulheres agricultoras rurais se configura em termos de empoderamento?”**. Decidimos por essa escolha com o intuito de compreender os fatores que fazem da profissão uma ferramenta de empoderamento. Para responder a esse questionamento, estabelecemos os seguintes objetivos: a) analisar o cotidiano de trabalho das agricultoras rurais; b) identificar os fatores que fazem da profissão uma ferramenta de empoderamento; e c) analisar a percepção de empoderamento que as agricultoras rurais têm quanto a sua atividade.

O presente trabalho está disposto em cinco partes, a contar desta introdução. Nas seções 2 e 3 temos o referencial teórico, onde debatemos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, assim como o trabalho da mulher no campo. Dando continuidade, apresentamos a trajetória metodológica na realização do estudo, seguida dos resultados obtidos na pesquisa e, por fim, as considerações finais, onde apontamos os principais pontos a cerca deste trabalho.

2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Com o advento das I e II Guerras Mundiais inicia-se um período de muitas mudanças envolvendo a participação da mulher no mundo do trabalho. As mulheres tiveram que assumir

a posição dos homens no mercado de trabalho, o que ocasionou grande relevância para a mudança no cenário profissional feminino. Com a retirada dos homens para os campos de batalha as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a ocupação dos homens nos postos de trabalho, desmistificando a ideia de sua incapacidade e fragilidade. Nesse momento as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos (PROBST, 2016; FARIAS; RODRIGUES, 2014).

Freitas (2006) consagra o século XX como o século das mulheres, momento em que houve uma revolução silenciosa, porém intensa, que transformou radicalmente as condições de vida das mulheres. Paulatinamente, década a década as mulheres foram ganhando seu espaço, nos anos 60, as reivindicações dos movimentos sociais feministas sempre propunham questionar o padrão social que impedia a mulher de usufruir dos seus direitos, sendo que integrava uma sociedade onde colaborava tanto quanto o homem. Nos anos 70, registrou-se um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Além disso, os anos 90 trazem em si a marca do fortalecimento da atuação feminina no mercado de trabalho e o aumento da responsabilidade na chefia das famílias. A mulher, que representa a maior parcela da população, viu aumentar seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens (PROBST, 2016; FREITAS, 2006; LOPES; PONTILI, 2007; MÉNDEZ, 2005).

A mão-de-obra feminina sempre esteve presente na organização do trabalho, embora a sociedade tenha limitado às mulheres a responsabilidade do cuidado do que diz respeito a sua casa e a seus filhos, caracterizando-se a intensa dupla jornada (OLIVEIRA, 2004). Segundo Engels (1991), esse cenário nem sempre foi assim, nos primórdios da humanidade a mulher era detentora da produção. A princípio os meios de produção eram de todos, e todos os membros da comunidade trabalhavam em igualdade. Morgan define essa sociedade primitiva como um sistema de comunismo primitivo, que se caracterizava como uma sociedade na qual todos os membros eram iguais, inclusive as mulheres. Além disso, a sociedade primitiva era matriarcal, e sua unidade estava constituída pela gens materna ou pelo clã materno. Segundo Reed (2014), com isso o mito de que as mulheres são um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classes patriarcal. No primitivo sistema matriarcal não existia nenhuma forma de dominação de um sexo sobre o outro.

Ainda segundo Engels (1991), as mulheres ocupavam uma posição relevante, usufruindo de grande liberdade e independência, as mulheres ocuparam no sistema matriarcal posições influentes e respeitadas pela comunidade. Reed (2014) salienta que “Em um determinado ponto da luta pela sobrevivência e por nutrir e cuidar das crianças, começaram a empreender o caminho da atividade produtiva, e esta nova função deu-lhes a capacidade de organizar e dirigir as primeiras formas de vida social”. As mulheres trabalhavam juntas, sem estarem espalhadas em lares separados. Além de não existir um poder que as dominasse, que as obrigasse a fazer somente o ordenado.

Reed (2014) credita à mulher, que deu início e conduziu estas atividades produtivas, uma maior participação no grande ato de criação e elevação do gênero humano. A mulher era dona da produção, mas quando surgiu o novo sistema de propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família implantou-se o sistema patriarcal, o homem se apossou da produção e criação da mulher. As mulheres se dispersaram e cada uma se transformou em uma esposa sozinha e mãe limitada a um lar isolado. Enquanto estavam unidas simbolizavam uma grande força social, separadas, enclausuradas e confinadas à cozinha e à educação dos filhos perderam todo o seu poder. Agora, a propriedade era somente do pai individual, e era transmitida, dentro da linhagem familiar, de pai para filho.

Assim, em nome de sua riqueza, em nome de passa-la apenas para seus filhos legítimos, na forma de herança, o homem derrubou a mulher da sua posição social. De

matriarcado passou-se para o patriarcado (LAIZO, 2013). As mudanças sociais cominadas pelo estabelecimento da classe patriarcal na forma de família, da propriedade privada e do Estado, guiaram ao derrocamento histórico do sexo feminino. Na nova configuração social os homens assumiram a posição de produtores, enquanto as mulheres eram presas em casa e limitadas à servidão familiar. Destituídas de seu antigo lugar na sociedade, viram-se privadas de sua independência econômica, assim como também de sua liberdade sexual (REED, 2014). Isso se fundamenta em Engels (1991, p. 61):

“O desmoronamento do direito materno, a grande derrota do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher (...) tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida”.

Com o patriarcalismo surgiu a família monogâmica, como única forma do homem garantir que seu filho é realmente seu. Tranca-se as mulheres dentro de casa, estas devem adquirir um novo comportamento de submissão total ao homem, deixando de lado seus sentimentos e vontades (LAIZO, 2013). Com esse sistema patriarcal, o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito familiar, apesar de imprescindível para a reprodução da sociedade, tem sido pouco valorizado e tem permanecido invisível. A divisão de tarefas era empregada conforme a composição da família e as suas necessidades, o sexo e a idade eram os principais critérios que determinavam o tipo de atividade a ser exercida. O trabalho produtivo e assalariado destinava-se ao homem, à mulher limitava-se a realização das atividades não-pagas e que eram consideradas improdutivas. Ao longo do tempo essa ideologia tornou natural a divisão do trabalho que se justifica base nas características biológicas de cada sexo (TEDESCHI, 2004).

No Brasil, a mulher está conseguindo reocupar seu lugar na sociedade, pesquisas a respeito do mercado de trabalho apontam que houve um expressivo crescimento da participação feminina após o processo de industrialização e de urbanização. Mudanças significativas ocorreram permitindo à mulher expandir consideravelmente suas conquistas no âmbito da igualdade e do direito. Gradativamente, ela vai deixando de ser somente a dona-de-casa para ser empreendedora e contribuir significativamente com a renda familiar reconquistando posições de igualdade (LOPES; PONTILI, 2007). Elas ganharam mais espaço no mercado de trabalho, o nível de ocupação das mulheres passou de 35,4% para 43,9% de 2000 para 2010, enquanto o dos homens foi de 61,1% para 63,3% (IBGE, 2010). Além disso, em relação ao grau de instrução das mulheres, no ensino superior a presença feminina é dominante. No ano 2000 superava a masculina em 28,6%, em 2012 esse valor chega a 33,9%, assim as mulheres representam 57,2% das matrículas do ensino superior no País (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Nas considerações de Probst (2016), a mulher deixou de ser apenas uma parte da família para virar a chefe dela. O ingresso da figura feminina no mercado é uma vitória, mesmo que o processo seja lento ele é sólido. Normalmente, além de cumprir suas atribuições no mercado de trabalho, ela cuida das atividades domésticas. Em uma década, o número de mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros aumentou de 18,1% para 24,9%, foi o que mostrou a pesquisa “Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil” realizada pelo IBGE no Censo 2010.

Nas palavras da autora, “hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século”. A mulher além de trabalhar e estar ocupando cargos que exigem responsabilidade tal qual os homens, ainda exerce as tarefas clássicas de ser mãe, esposa e dona de casa. “Trabalhar fora de casa é uma conquista das mulheres, ganhar seu próprio

dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas” (PROBST, 2016, p.7). No entanto, mesmo a mulher tendo seu espaço reconhecido, é importante ressaltar que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo perseguida, ao longo desses anos, por elevado nível de discriminação. Principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres e diferenças significativas na ocupação dos postos de trabalho atrelados principalmente às questões de gênero e classe (FARIAS; RODRIGUES, 2014).

Ainda segundo Probst (2016, p.2), “não há um único gueto masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres”, não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais atuante no mercado de trabalho. Freitas (2006) constatou que as mulheres têm o trabalho não apenas como um fator econômico, mas como um elemento gerador de auto-estima, de desenvolvimento intelectual e formador da identidade feminina. Além disso, hoje em dia, na maior parte dos lares no mundo, o salário da mulher não é uma opção ou um supérfluo, mas sim uma necessidade. Ao longo da história, várias mulheres resistiram às limitações impostas pela sociedade, quebrando paradigmas e entusiasmando a mudança do pensamento das pessoas de seu tempo e também das que viriam depois (EXAME, 2016). Enquanto movimento social o Feminismo vem edificando a ampliação de espaços de atuação das mulheres, mostrando-se ser uma ferramenta política de poder popular, pois é por meio dela que as mulheres lutam por respeito ao trabalho digno, equidade e igualdade (SOUZA, 2014).

O movimento feminista nasceu das lutas de mulheres “contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres”. O incremento dos movimentos de mulheres durante estes 100 anos se compôs como uma poderosa arma de desconstrução da estrutura patriarcal e das desigualdades históricas colocadas entre os sexos (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 7). Ainda segundo as autoras, a contextualização histórica da época contribuiu para que o movimento feminino elegesse o dia 8 de março como o dia histórico de celebração das lutas pela cidadania e pela igualdade da mulher, tendo referência tanto o incêndio da fábrica têxtil *Tringle Shirtwaist Company* em 1911, na cidade de Nova York, onde morreram 125 operárias, como também a greve das trabalhadoras russas na mesma data do ano de 1917.

Segundo o Portal Brasil (2015), a história do movimento feminista está dividida em três grandes períodos. O primeiro foi encorajado por reivindicações de direitos ao voto, ao divórcio, a educação e ao trabalho no fim do século 19. O segundo, no fim da década de 60, foi caracterizado pela liberdade sexual. E o terceiro começou a ser construído no fim dos anos 70, com a luta sindical. No Brasil, o movimento se incorporou entre o fim do século 18 e início do século 19, com a organização das mulheres brasileiras conquistando espaço no campo da educação e do trabalho. Cada período da história foi marcado por diferentes reivindicações, no século 21 as feministas pautaram as seguintes reivindicações: “Reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; Necessidade do reconhecimento do direito universal à educação, saúde e previdenciária; Defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; Reconhecimento do direito das mulheres sobre a gestação, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; Descriminalização do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública”. Além de um tema em especial – a violência contra a mulher, haja visto a sua crescente incidência nas estatísticas.

3 O TRABALHO DA MULHER NA ESFERA RURAL

É crescente a participação das mulheres que atuam diretamente na zona rural, elas são batalhadoras e fazem a diferença com o trabalho no campo. Hoje, as mulheres estão inteiramente inseridas no campo, seja no artesanato, na culinária, na produção familiar ou na

grande agricultura. Dados referentes ao último Censo realizado em 2010, divulgados pelo IBGE, apontam que já são mais de 3,5 milhões de mulheres atuando diretamente no campo (GLOBO RURAL, 2014).

O trabalho feminino no campo é assolado pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Com isso, o trabalho da mulher restringia-se apenas a tarefas relacionadas à família, ser mãe, esposa e dona de casa. As relações patriarcais no campo fazem com que o homem represente os interesses do conjunto e detenha o poder de decisão, sua atividade tem relações com dinheiro, capacitação profissional, formas de associação e representação, e responsabilidade jurídica pela propriedade da terra (FARIA, 2011; TEDESCHI, 2004). Dessa forma, as atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico e com isso não tem valor de troca no mercado. Os produtos considerados “comerciais” ou “de renda” são de responsabilidade dos homens, ainda que as mulheres trabalhem efetivamente para a sua produção (FARIA, 2009; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011). Para Carneiro (1994), a mulher rural frente a sua realidade não reclama por trabalho e nem deseja trabalhar fora de casa, o que a mulher do campo almeja é tornar o seu trabalho visível, ter uma profissão socialmente reconhecida.

É por meio da participação em movimentos sociais que as mulheres se sentem fortalecidas e começam a reagir à submissão, passam a reconhecer que possuem direitos e que podem ter uma renda. A participação das mulheres nos movimentos sociais é também um espaço de luta. O enfrentamento da subordinação pelas mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos (SALES, 2007; BUTTO, 2011).

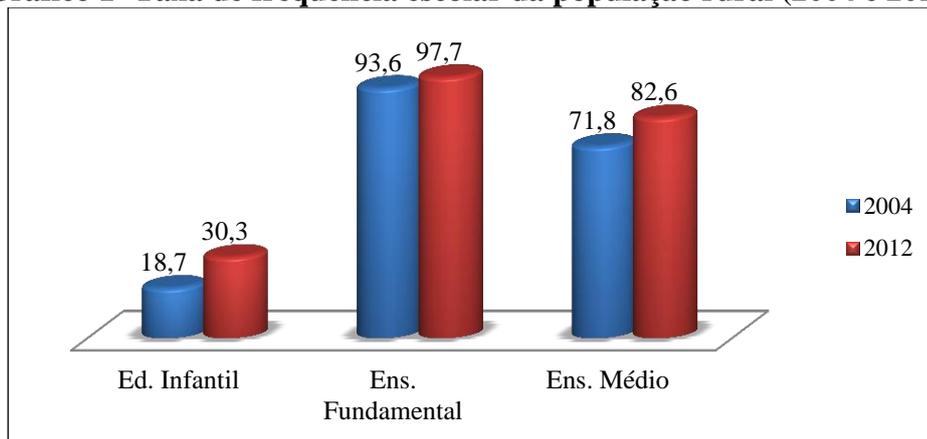
A década de 80 é marcada por sucessivas lutas, no final dos anos 80, a atuação das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela sua afirmação como agricultoras – e como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural – abre novos espaços políticos e ganha mais força. As principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional (BUTTO, 2011; SALES, 2007; FARIA, 2009).

Os movimentos feministas do campo são um dos mais enraizados e apresentam uma maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. As três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), as mobilizações das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e os diversos acampamentos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) são exemplos da força feminina, além de tantos outros movimentos. Hoje o movimento de mulheres subiu de patamar, e já se tem uma produção analítica nos próprios movimentos. Além disso, há vários estudos no meio universitário em andamento que vêm contribuindo para novas reflexões e análises sobre as lutas feministas. (FARIA, 2009)

Souza (2014) ressalta que, mulheres produtoras sentem muita dificuldade de se inserirem nas atividades de comercialização, na tomada de decisão. Ela deixa evidente que essa inserção possibilita uma melhora na renda, ajudando promover sua autonomia econômica, aumento de sua sociabilidade, aumento na sua auto estima, um maior reconhecimento junto as famílias e a comunidade. Pensando nisso, em meados do ano 2000 no Brasil, o governo do presidente Lula a partir de 2003 elaborou uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero. Foram vários projetos que buscavam dar autonomia e cidadania as mulheres agricultoras rurais, o mais impactante foi o Pronaf Mulher – programa de crédito rural. O intervalo entre 2003-2007 foi um período de conquistas e principalmente de muito aprendizado, os objetivos eram possibilitar uma melhora na renda, ajudar promover sua autonomia econômica, aumentar sua sociabilidade, aumentar sua auto estima, proporcionar um maior reconhecimento junto as famílias e a comunidade (BUTTO, 2011; FARIA, 2009).

Além disso, a evolução das taxas de frequência escolar da população rural entre 2004 e 2012, presentes no Relatório Educação para todos no Brasil entre 2000 e 2015 – que consiste em um balanço dos avanços obtidos ao longo dos últimos 15 anos em relação as metas de Educação para Todos do Governo Federal – é representada no Gráfico 1 e demonstra que a porcentagem de frequência escolar da população rural nos três níveis de educação básica aumentou em 11,6% na Educação infantil, 4,1% no Ensino fundamental e 10,8% no Ensino médio, representando que o nível de escolaridade da população rural vem se elevado gradativamente (Ministério da Educação, 2014).

Gráfico 1 -Taxa de frequência escolar da população rural (2004 e 2012)



Fonte: Adaptado de Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015 (Ministério da Educação, 2014).

No momento em que as mulheres começam a se organizar em comissões, em coletivos, elas percebem que, embora não tenham renda, desenvolvem atividades produtivas semelhantes às dos homens, elas começam a rever suas relações e a perceber as desigualdades entre homens e mulheres. A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres a romper com a rígida divisão de papéis (SALES, 2007). A renda é vista como símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais. Ter uma renda própria lhes é figura importante e está diretamente associada à autonomia e à busca de igualdade de condições (BRUNO et al, 2011).

Depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, estão mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos (SALES, 2007). É inegável o aumento da autoestima e de poder das mulheres à medida que passam a contar com novos documentos e a administrar os recursos recebidos (BRUMER; SPANAVELLO, 2011).

A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação as mulheres constituem espaços importantes de ressignificação das atividades produtivas das mulheres (SALES, 2007).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa teve como propósito analisar de que maneira o cotidiano de trabalho de mulheres agricultoras rurais se configura em termos de empoderamento. Com isso, quanto à sua natureza, caracterizou-se como uma pesquisa aplicada. A forma de abordagem do problema seguiu a vertente qualitativa, que tem como característica “compreender os

fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes, [pois] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte” (GODOY, 1995, p. 63). O procedimento técnico utilizado para a realização da pesquisa foi o estudo de caso – pois, segundo Gil (2010, p. 37), permite um conhecimento amplo e detalhado acerca do objeto e possibilita analisar um fenômeno em meio a seu contexto. Com base nas considerações de Prodanov e Freitas (2013, p.60), o estudo de caso “tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade”. Quanto aos fins, a pesquisa adotou o caráter exploratório e descritivo, com essa estratégia alcançamos os objetivos propostos, apresentando as características e proporcionando maior familiaridade com a temática.

O objeto de pesquisa deste estudo foi um grupo de mulheres agricultoras rurais da comunidade Engano dos Rodrigues, interior de Santana do Piauí, que comercializam sua produção aos sábados na Feira Livre da cidade de Picos, centro-sul no estado do Piauí. Os sujeitos da pesquisa foram nove agricultoras, escolhidas intencionalmente. A coleta de dados ocorreu durante o mês de maio do corrente ano, levando em consideração a acessibilidade e a comodidade das partes, e devido a limitações e inviabilidade de deslocamento a Santana do Piauí.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista, baseada em um roteiro estruturado e com auxílio de um gravador de voz, visando a integridade dos depoimentos, para levantar informações sobre o cotidiano de trabalho das mulheres agricultoras rurais e suas percepções sobre a atividade que realizam e sobre suas próprias vidas. Optamos por esse instrumento por ser flexível e adaptável e por proporcionar aos entrevistados liberdade para expressar seus pensamentos acerca do assunto. Além disso, utilizamos o método científico observação direta não-participante, no qual observamos a maneira como são expressos seus posicionamentos, os gestos, a entonação e o cotidiano das agricultoras, além de características específicas sobre o local de trabalho. Prodanov e Freitas (2013) consideram a observação um dos métodos mais aplicados nas ciências sociais e se faz importante no percurso da pesquisa pelos métodos científicos, de maneira geral, terem a funcionalidade de fornecer a orientação necessária para a efetivação da pesquisa social, em relevante no que se refere à obtenção, ao processamento e à validação das informações relacionadas à problemática.

Posteriormente foi realizada a transcrição dos dados das entrevistas, das quais foi extraído o conteúdo para análise dos resultados para “responder, do melhor modo possível, ao problema de investigação formulado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 115). Para isto, a técnica aqui utilizada foi a Análise de Conteúdo, visto que propõe desvendar o que está escondido, oculto, ou subentendido na mensagem, além de apreender realidades visíveis e invisíveis contidas nas entrelinhas do que foi dito nas entrevistas ou observações do pesquisador (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014; SILVA; FOSSÁ, 2013).

Entre as limitações para realizar a pesquisa de campo, podemos destacar a incompatibilidade de horários, resistências de algumas entrevistadas em nos conceder as entrevistas e a própria dificuldade em encontrá-las, pois algumas não vêm aos sábados para comercializar suas produções.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O cotidiano das mulheres de Engano dos Rodrigues e o trabalho feminino rural

No presente capítulo abordamos os dados oriundos das entrevistas realizadas com as trabalhadoras rurais. O grupo de mulheres entrevistado reside na comunidade Engano dos Rodrigues, interior do município Santana do Piauí e, aos sábados se desloca para a feira-livre no centro de Picos para comercializar sua produção. Ao todo foram entrevistadas nove

mulheres agricultoras rurais e como disposto no Quadro 1, podemos observar como se caracteriza o perfil do grupo estudado.

Quadro 1 – Características das agricultoras rurais

Sujeito	Idade	Estado civil	Escolaridade	Possui filhos	Outra atividade	Recebe benefício
E1	29	Casada	Ens. Fundamental	03	Não	Bolsa Família
E2	34	Solteira	Ens. Fundamental	Não	Não	Não
E3	31	Solteira	Ens. Superior Completo	Não	Professora	Não
E4	57	Casada	Não alfabetizada	02	Não	Aposentadoria
E5	37	Casada	Ens. Fund. Incompleto	03	Não	Bolsa Família
E6	49	Casada	Ens. Fund. Incompleto	03	Não	Bolsa Família
E7	24	Solteira	Ens. Médio	Não	Não	Não
E8	28	Solteira	Superior incompleto	Não	Não	Não
E9	31	Solteira	Superior incompleto	Não	Fotógrafa	Bolsa Família

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Assim como exposto no Quadro 1, podemos observar que a idade das entrevistadas varia entre 24 e 57 anos. No que diz respeito ao estado civil, constatamos que 5 são solteiras e 4 são casadas, em depoimento as mesmas relataram que seus respectivos esposos também trabalham com a agricultura. No entanto, eles trabalham apenas na produção, ficando o processo de comercialização sob responsabilidade unicamente das mulheres. Observamos ainda que todas que se disseram casadas possuem filhos, os que ainda estão em idade escolar não trabalham, apenas estudam; já os filhos que saíram da idade escolar também trabalham na agricultura.

Em relação à escolaridade, observamos que a maioria das entrevistadas não conseguiu concluir os estudos como é o caso das entrevistadas E1, E2, E5 e E6 que não tem o ensino fundamental concluído, além da E4 que não é alfabetizada. Podemos perceber aqui o reflexo de um panorama vivenciado pelas entrevistadas nos seus tempos de infância: a impossibilidade das populações rurais conseguirem concluir os estudos. Porém, embora essa constatação seja evidente, as entrevistadas E8 e E9 representam uma modificação desse cenário, por estarem cursando o ensino superior, além de a entrevistada E3 já ter conquistado a graduação, significando, assim, um avanço no nível de educação dessa população.

O nível de escolaridade das populações rurais vem se modificando com o passar do tempo. Isso porque, se antes a maior parcela dessa população não conseguia concluir os estudos – o que foi constatado com as entrevistadas pois a maioria não possui escolaridade completa – nos últimos anos as taxas de frequência escolar das populações rurais apontou índices de crescimento em torno de 10% no intervalo entre 2004 e 2012 como vimos no Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). Essa mudança é perceptível nas respostas das entrevistadas quando falamos sobre seus filhos em idade escolar. Nos depoimentos fica visível o incentivo das mães em relação aos estudos dos filhos, como uma forma de oportunizar a conclusão do estudo, o que muitas delas não tiveram oportunidade.

De maneira geral podemos perceber a atividade agrícola como principal fonte de renda da maioria das entrevistadas. Isso se confirmou quando indagamos sobre a profissão que elas designam atuar, na qual todas elas se consideram lavradoras. Isso também pode ser observado no Quadro 1 quando apenas 2 das entrevistadas possuem outra atividade geradora de renda, à exceção da E3, que também leciona, e da E9, que trabalha com fotografia. Ainda assim,

ambas afirmaram a agricultura ser a sua principal atividade. Outro dado a destacar é o fato de que 5 das entrevistadas recebem benefício governamental, sendo apenas 1 aposentada. Percebemos que embora a atividade agrícola seja a única atividade provedora de renda, a maior parte das entrevistadas se utiliza de benefícios governamentais para poder complementar o sustento da família.

Em relação à renda auferida com a comercialização da produção, preferimos não especular valores monetários – indagamos apenas se ela era suficiente para o sustento da família. Assim ficaria ressaltado nos depoimentos o valor simbólico que essa renda tem para as agricultoras rurais. Até porque um mesmo valor monetário pode se representar de maneira diferente de uma entrevistada para outra. Na maioria das respostas, a renda auferida é pouca, mas, segundo elas, dá para se manter organizando as contas e buscando outras formas de complementá-la, conforme os Fragmentos 01 e 02.

(Fragmento 01) É mais ou menos [suficiente], ela da pra gente se manter, a gente também, tenta trabalhar em outras coisas pra complementar ela porque como a gente vive do plantio de verduras, tem tempo que a verdura ta num preço considerável, já outro tempo não, ela ta num preço muito baixo... A gente procura pra complementar a renda pra fazer outras coisas, mas a renda é ate boa (E3).

(Fragmento 02) Um pouco, tem mês que dá mais [que tem mais venda], outros da menos (E5).

Podemos perceber que alguns fatores influenciam na avaliação de suficiente ou não, como a própria formação familiar – a quantidade de filhos, os gastos pessoais, a existência de outra renda. Outro fator apontado nos depoimentos e explicito no Fragmento 01 é a variação dos preços de venda da produção influenciando no valor total de vendas ao fim do mês. Além disso, como exposto no Fragmento 02, há também uma variação no volume de vendas. Então vemos aqui a percepção que as entrevistadas têm em relação à interferência de fatores do mercado que influenciam diretamente no resultado final das vendas e conseqüentemente nos seus rendimentos. Além disso, foram citados outros fatores que influenciam no valor de venda dos produtos – clima, qualidade do solo, quantidade de chuvas e incidência de pragas – afetando diretamente na diminuição da renda pela desvalorização do produto devido a agentes do ambiente. Podemos perceber também que para as entrevistadas a renda tem um caráter de subsistência, pois estão mais preocupadas em complementar o sustento da família do que com margens de lucratividade.

Para identificarmos como se constrói o cotidiano de trabalho e como se dá a percepção do trabalho agrícola nos espaços onde atuam, indagamos às agricultoras rurais sobre como começaram a atuar na profissão, como veem a lavoura, bem como por que começaram a trabalhar com isso e além de suas principais dificuldades. Quando indagamos sobre quando começaram a trabalhar com agricultura, as respostas, em sua maioria, foram que a atividade se iniciou ainda na infância. Podemos ver nos Fragmentos 03, 04 e 05 as evidências de um trabalho precoce:

(Fragmento 03) Mulher, eu comecei com mãe me ensinando desde pequena, aí pai ensinou mãe, mãe ensinou nós e continuamos o trabalho até hoje (E2).

(Fragmento 04) Comecei com 7 anos de idade com meus pais, na roça, foi o único serviço que eles sabiam fazer e aí ensinou pra nós, os filhos (E6).

(Fragmento 05) Comecei ainda na infância com meus pais, sempre no nosso interior de Santana do Piauí. Era a maneira mais rápida de entrar dinheiro em casa e o que sabíamos fazer (E8).

Como citado pelas entrevistas, a maioria das mulheres começou a trabalhar ainda na infância, aqui é interessante frisar o significado que o trabalho infantil tinha no cenário rural. Antes era tido como ‘comum’, incorporava característica de atividade familiar – uma mera ajuda nas atividades da roça – dessa forma não se figurava como trabalho. E embora não tenha sido explicitado por elas, fica subentendido umnexo de causa e consequência entre a necessidade de se começar a trabalhar com a terra desde a infância e a impossibilidade de estudar, isso explica o fato de a maioria de nossas entrevistadas não ter concluído os estudos e, de maneira geral, da baixa escolaridade das massas rurais.

Podemos salientar ainda que, o que antes era visto como ajuda, nos dias de hoje é visto como trabalho infantil. Aqui podemos fazer novamente um link ao que diz respeito ao fato de as entrevistadas não permitirem seus filhos trabalharem junto a elas na lavoura enquanto estudam. Há uma mudança de paradigma: elas percebem quão importante será para seus filhos dedicarem-se exclusivamente aos estudos.

Mesmo o trabalho desde a infância já ter sido regra quando se fala em trabalho agrícola, dentre as entrevistadas três afirmaram ter ingressado nesta atividade como profissão em outro momento de suas vidas, como vemos nos Fragmentos 06, 07 e 08:

(Fragmento 06) Eu comecei a trabalhar com verdura através dessas amigas minhas [que moram com ela] que desde novas a família delas sempre trabalhou com isso [agricultura]. Minha família nunca trabalhou [com agricultura] não, mas aí com a convivência com elas [as agricultoras] eu passei a gostar, aí tive a oportunidade de começar a trabalhar com elas, aí tô né. Isso já faz uns 6 a 7 anos que estou com elas trabalhando e trabalhamos em parceria, somos sócias na horta (E3).

(Fragmento 07) Mulher, com verdura faz uns 30 anos, mas na roça é desde cedo. Aí foi com minhas cunhadas [que aprendeu a trabalhar com verdura]. Quando eu casei elas já trabalhavam com isso aí eu continuei trabalha com verdura, agora na roça é desde pequena mesmo (E4).

(Fragmento 08) [Comecei] em 2010, vendendo verdura em Picos de casa em casa, foi vendo os outros trabalhando [com verdura], aí eu vi que dava pra mim e fui aprendendo (E5).

Podemos observar nestes fragmentos que, diferente do habitual, as entrevistadas E3 e E5 não herdaram a profissão da família, adquiriram-na com terceiros, viram-na como uma atividade potencial na aquisição de renda. Interessante ressaltar no Fragmento 07, dada a divisão que a entrevistada E4 faz a respeito do início do seu trabalho, quando diz “na roça é desde pequena mesmo” e “com verdura ... foi com minhas cunhadas” fica subentendido um recorte no que diz respeito ao significado da profissão de lavradora para ela, ficando implícito que seu trabalho desempenhado com os pais não tem valor de profissão, que apenas depois de casada, que aprende a trabalhar de outra maneira, é que surge a imagem da profissão.

Questionamos as entrevistadas sobre os motivos pelos quais começaram a trabalhar com essa atividade. A maioria das respostas aponta que o ingresso nesse ramo se deu por necessidade – Fragmentos 09, 10, 11 e 12.

(Fragmento 09) Mulher foi o que eles [seus pais] ensinaram, o que eles começaram e ensinaram foi a gente continuar em trabalhar com verdura e em lavoura mesmo, aí foi o que nós aprendemos. Foi por necessidade porque se não fosse nós num tinha nem continuado, [antes elas] num queria esse trabalho, agora hoje eu já faço é gostar, gosto demais (E2).

(Fragmento 10) Eu acho que foi de início por necessidade, eu precisava mesmo, tava precisando de trabalho, aí essa oportunidade as meninas me deram e to hoje com elas até hoje trabalhando e gosto muito do que eu faço (E3).

(Fragmento 11) Foi por necessidade mesmo. Porque precisava sustentar meus filhos, eu e meu marido. Eu vi que só o [trabalho] dele [marido] não dava aí comecei também (E5).

(Fragmento 12) Eu que escolhi, vi que gostava aí comecei a trabalhar (E7).

Como vemos nos fragmentos, mesmo não tendo sido por opção própria, elas afirmam, em sua totalidade, gostar do que fazem, inclusive ressaltaram em vários momentos da entrevista expressões como “gosto muito”, “gosto demais”, “pra mim é bom demais”, ficando forte a marca do prazer em trabalhar com a terra mesmo esse não tendo sido algo desejado, aprenderam a amar sua profissão. Em relação ao Fragmento 11 podemos perceber a importância da renda auferida através do trabalho feminino, uma vez que a entrevistada E5 se utiliza dela para prover o sustento da família, pois vê que só a renda do seu esposo não é suficiente. Nesse recorte se confirmam as mudanças significativas que ocorreram com o expressivo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, com isso gradativamente ela vai deixando de ser somente a dona-de-casa para ser empreendedora e contribuir significativamente com a renda familiar permitindo à mulher expandir consideravelmente suas conquistas no âmbito da igualdade e do direito (LOPES; PONTILI, 2007).

A agricultura, com o passar do tempo, tem se tornado uma atividade tanto próspera quanto desejável, social, econômica e ecologicamente (GEORGIN et al., 2015). O trabalho com a terra requer empenho e cuidado; quanto a isso perguntamos sobre os alimentos que plantam, as verduras ou frutas que produzem. As respostas em sua maioria sinalizam o mesmo sentido - plantam verduras, algumas frutas e em momentos sazonais as frutas e legumes da estação. As entrevistadas trabalham com uma variedade de verduras e frutas, além de criação de galinhas e produção de molhos e doces, mas fica marcado que o principal produto que produzem e comercializam são as verduras.

Ainda sobre a plantação, ressaltamos que as entrevistadas realizam um processo de plantação orgânico, onde não utilizam agrotóxicos optando pela não degradação que esses compostos causam ao solo. Além disso, ficou evidente que elas se orgulham de trabalhar dessa maneira, com práticas limpas que não agredem o meio ambiente – Fragmento 13.

(Fragmento 13) Ah eu faço todo o processo, desde a plantação até a comercialização, a gente se organiza e planta uma variedade de verduras se utilizando do método orgânico, então são verduras orgânicas, que é o couve, alface, cebolinha... também fazemos doce, temos banana, mamão, enfim é uma infinidade de verduras e algumas poucas frutas, nosso negócio mesmo é verdura, mas posso definir o meu grupo como hortifrutigranjeira porque trabalhamos também com criação de galinhas (E9).

Em paralelo a isso, perguntamos sobre quantas pessoas estão envolvidas nesse trabalho. Isso porque observamos que as entrevistadas trabalham em grupos formados não só pelas pessoas que residem com elas, mas também por outros parentes ou moradores da comunidade. No decorrer das entrevistas, observamos também que elas além de se dividirem em grupos também se dividem em subgrupos, como visto na fala da entrevistada E3, Fragmento 14.

(Fragmento 14) Assim, na horta são sete pessoas, na horta completa, mas na parte que eu e as meninas trabalha só somos em três, mas tem os outros que trabalham na outra parte da horta (...) cada um cuida de sua parte das hortas, cuida no plantio, cada um sai pra buscar (...) mercado pra poder vender suas coisas (E3).

Além de dividirem a responsabilidade da terra que plantam entre o grupo todo, também fazem subdivisões para que a terra seja preparada separadamente. De maneira geral, as entrevistadas tem um vínculo que ligam o trabalho de umas às outras: ou são parentes, ou vendem juntas, ou são vizinhas, ou formaram um grupo.

No tocante à execução das tarefas, a maioria das entrevistadas afirmou dividir as atividades, as respostas foram bem variadas, cada uma tem uma maneira particular de definir para si como se dá essa divisão.

(Fragmento 15) Divide, divide tudo direitinho, assim não tem bem aquela função certa todo dia e direto não, também depende do que a gente tá plantando ou se já tá na colheita aí isso varia **(E8)**.

(Fragmento 16) Sim sim, dividimos da melhor maneira possível, cada uma com uma tarefa, a gente trabalha dessa maneira, sempre nos reunimos pra decidir sobre tudo, então dividimos, ah nós somos bem unidas **(E9)**.

(Fragmento 17) Fazemos a mesma coisa todos juntos, tudo é em grupo **(E2)**.

(Fragmento 18) A gente num tem bem uma divisão não, sabe? Cada um vai fazendo uma coisa, mas, é tipo, os trabalhos é tipo revezando **(E5)**.

Nos Fragmentos 15 e 16, as entrevistadas consideram praticar a divisão de tarefas, que se dá de maneira bem simples, pois se percebe em seus depoimentos que elas não utilizam técnicas para realizar divisões precisas e elaboradas/calculadas. Podemos perceber, assim, que é tudo feito de maneira bem simples e de acordo com as necessidades ou demandas do momento. E mesmo não havendo tanto requisito as entrevistadas se mostraram satisfeitas com a maneira que seus trabalhos estão organizados. Por outro lado, nos Fragmentos 17 e 18 podemos ver que algumas consideram não fazer divisões, preferindo trabalhar sem distinções de função, definindo os afazeres de maneira livre. Ainda podemos dizer que em relação a divisão de tarefas, segundo Tedeschi (2004), a divisão de tarefas antes era empregada conforme a composição da família e que as suas necessidades, o sexo e a idade eram os principais critérios que determinavam o tipo de atividade a ser exercida, o Fragmento 22 mostra que essa cultura ainda existe. Porém como podemos ver nos demais fragmentos essa é mais uma realidade que se modifica, pois a divisão de tarefas hoje está atrelada a necessidade ou a conveniência do momento, e não mais as relações de sexo.

Como as entrevistadas tem em sua maioria o hábito de dividir as tarefas, perguntamos também se elas praticam a divisão de despesas e lucros, e como se dá essa divisão. A totalidade afirmou dividir tanto despesas como lucros – ou como algumas denominaram “o que sobra”, como vemos nos Fragmentos 19, 20 e 21:

(Fragmento 19) Dividimos tudo, as despesas da horta e as pessoas, assim as de casa, da feira aqui, aí com o que sobra dividimos pra cada uma gastar como bem entender **(E9)**.

(Fragmento 20) Nós trabalhamos de uma forma que, por sermos independentes, dividimos as despesas, dividimos tudo, questão de lucro, tudo junto, e então a gente paga todas as contas **(E3)**.

(Fragmento 21) Assim, como somos todos da mesma casa, a gente paga tudo que tem pra pagar e o que sobra, quando sobra, a gente compra as coisas pra nós, pra nossos filhos **(E5)**.

Nos depoimentos podemos perceber que os grupos de trabalho são bem unidos e compartilham todos os direitos e obrigações, desde as despesas com a casa até tudo que diz

respeito à horta e à comercialização da produção, deixando por último seus gastos pessoais – esses são cobertos com o condizente à parte que cada um tem nos lucros ou sobras.

Buscando conhecer mais sobre o cotidiano de trabalho das entrevistadas, e tendo levantado os pontos mais pertinentes quanto à produção, falaremos agora de mais um estágio: a comercialização da produção. Primeiramente falemos do local de trabalho – o ponto de venda na feira-livre de Picos. Percebemos que há 3 barracas para comercialização divididas entre as 9 agricultoras. A posse das barracas também é dividida de acordo com a formação dos grupos e também pelos vínculos de parentesco ou amizade, demonstrando a interligação do trabalho de cada uma delas com as demais. Como citado anteriormente, cada um tem seu espaço nas terras compartilhadas, cada um “cuida do seu” – como elas mesmas definem. Mas se unem praticamente em todos os estágios de trabalho buscando se fortalecerem frente às dificuldades e entraves da profissão e das próprias dificuldades da vida, para tentar facilitar e melhorar o trabalho de todos. Fazendo uma análise além dos depoimentos, percebemos fortemente entre as entrevistadas e os demais (membros dos grupos) um sentimento de união.

No tocante à existência de ajuda especializada e participação em cursos ou projetos, as entrevistadas E2, E3, E6 e E9 relataram ter participado do Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. O Projeto, de realização do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ocorreu em parceria com a prefeitura do município, tendo sido veiculado pela associação de moradores da comunidade. No Fragmento 22 a entrevistada E3 relata rapidamente sobre o Projeto.

(Fragmento 22) A gente já recebeu uma ajuda assim por questão de capacitação a gente recebeu do SEBRAE. Quando a gente recebeu essa horta eles nos acompanharam acho que durante um ano ou foi um ano e meio, (...) no caso foi o projeto PAIS - programa agroecológico integrado e sustentável, uma coisa assim. Eles forneciam todo o equipamento, caixa d'água, eles ajudavam a fazer a montar a horta, eles indicavam como era, eles só precisavam da mão de obra. Quem recebia a horta é quem fazia, mas só que eles ensinavam como era pra fazer a horta no modelo Mandala, aí eles davam toda a encanação, mangueira, a caixa d'água, foi mais o que eles deram, e tela também porque tinha o galinheiro, (...) todo esse equipamento eles deram. Eles não deram ajuda em dinheiro não, mas eles deram tudo, semente, tudo eles deram (E3).

Segundo informações colhidas no Portal ASN (Agência Sebrae de Notícias/Piauí) essa intervenção aconteceu em 2011 e, de acordo com a gerente da Unidade de Atendimento Coletivo e Desenvolvimento Territorial do Sebrae no Piauí, “esse sistema de produção de alimentos tem se espalhado no Nordeste, beneficiando comunidades de baixa renda. Através dele, as famílias garantem uma alimentação mais saudável e podem comercializar o excedente para o mercado”. O projeto contemplou, no mesmo período, além de Santana do Piauí, mais 4 cidades: Picos, Jacobina do Piauí, Bom Jesus e Francisco Macêdo. Foram ao todo distribuídas 50 unidades (beneficiando 10 famílias de cada cidade). O Portal ASN afirma ainda que o SEBRAE Piauí e a Fundação Banco do Brasil firmaram convênio com as prefeituras envolvendo recursos de mais de R\$ 500 mil.

Entre as dificuldades enfrentadas, as respostas em sua totalidade foram sobre características próprias da atividade – “falta de chuva”, “pouca água” para regar as plantações, “pragas”, “sol forte”, calor excessivo e “desvalorização dos produtos principalmente em períodos de safra”. É interessante ressaltar que o problema mais agravante, as pragas, acaba sendo o preço que as entrevistadas pagam por optarem pela produção orgânica, abrindo mão de utensílios que reverteriam essa situação, mas que poderiam causar o envenenamento da produção e do solo – “(...) a gente acaba tendo uma verdura às vezes, devido alguma praga, não muito boa” (E3), “(...) a perda [da lavoura] causada pelos insetos, lagartas, grilos, gafanhotos, e até a própria terra cansada (...)” (E6). Percebemos que o real interesse das

entrevistadas não está relacionado à maximização de lucros ou elevação de vendas, se não pelo contrário se utilizariam de mecanismos que potencializassem a produção independente de preocupação com a proteção do meio ambiente. Na verdade está mais ligado aos sentimentos de preservação e práticas limpas e sustentáveis, pois notamos não haver ambição econômica no sentido de profissionalizar a produção haja vista não buscarem meios de diminuir as perdas. Outra colocação que podemos fazer é que, mesmo que a não utilização de pesticidas represente um problema por existir a proliferação de pragas, a mesma prática representa um diferencial competitivo, pois como elas afirmam “nós temos um produto diferenciado, natural e livre de agrotóxicos”.

Ainda em relação a esse questionamento, é interessante expor a ressalva que a entrevistada E3 fez ao citar que a falta de ajuda do poder público municipal também é um fator que dificulta a evolução do trabalho, disposto no Fragmento 23.

(Fragmento 23) Ah uma das dificuldades é a falta de apoio que a gente sente, porque até o poder público da nossa cidade poderia estar ajudando através de programas que existem, mas nós não temos esse apoio, a gente é por nossa própria conta, então isso dificulta, porque o nosso ponto certo mesmo é só aqui. Então se tivesse outras parcerias tivessem outros projetos em que a gente pudesse ta trabalhando isso ajudaria muito mais a gente, tanto na nossa renda como também na questão do conhecimento (E3).

Podemos perceber na fala da trabalhadora rural que mais apoio ou incentivo das autoridades locais seria de grande ajuda para que elas e os demais trabalhadores rurais pudessem estar participando de outros projetos ou cursos que lhes dariam a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e assim poder ter melhores condições para desenvolver seus trabalhos com mais qualidade. Interessante também ressaltar a percepção que a entrevistada E3 tem de que a aquisição de novos conhecimentos através da participação de projetos impacta diretamente na melhoria significativa da renda. E que em nenhum momento se referiu a ajuda financeira ou de custo, ficando nítido o valor que tem para esses indivíduos o trabalho próprio e que sabedoria e conhecimento são base para o desenvolvimento de um bom trabalho.

De maneira geral, as entrevistadas se mostram satisfeitas com a atividade que desempenham, percebemos serem grupos que trabalham em cooperação buscando a união e forças para superar os impasses da profissão. Na seção seguinte trataremos das percepções de bem-estar, satisfação e outros sentimentos relacionados ao empoderamento que o cotidiano de trabalho das nossas entrevistadas inspira.

4.2 Das percepções de empoderamento: satisfação e bem-estar com a atividade agrícola

Nessa seção trataremos das percepções que as entrevistadas têm a respeito do trabalho feminino, o que elas pensam sobre as mulheres trabalharem, qual entendimento que elas têm sobre Feminismo e outros fatores relacionados à posição que elas ocupam nas suas atividades e a percepção dos sentimentos de independência e poder.

A respeito do trabalho feminino, perguntamos às entrevistadas o que elas pensam sobre as mulheres trabalharem. A maioria afirmou ser importante e fazer com que não precisem depender de outras pessoas, conforme os Fragmentos 24, 25, 26 e 27.

(Fragmento 24) Eu mesmo acho que é o direito, trabalhar, ter o respeito. Acho que é importante a gente ter o nosso próprio trabalho, a gente se sente mais segura (E1).

(Fragmento 25) Eu penso que elas têm mais é que conseguir trabalhar mesmo pra não se sujeitar só aos homens (E2).

(Fragmento 26) Ah, eu acho uma coisa muito boa pra nós mulheres porque é uma forma da gente desenvolver cada vez mais nossas habilidades e descobrir novos talentos que a gente tenha e possa ser pessoas independentes, que não precise nem de marido nem de pai nem de irmão pra se manter e possa ser uma profissional em tudo, completa **(E3)**.

(Fragmento 27) Estou totalmente de acordo, pois apenas com o trabalho compramos o que queremos e a mulher é fundamental no trabalho **(E7)**.

Podemos perceber na fala das entrevistadas que o trabalho tem a função de garantir a independência da mulher em relação ao homem, que com o dinheiro oriundo do trabalho as mulheres podem comprar o que querem sem precisar se reportar à figura do marido ou do pai. Observamos também que o trabalho traz em si um sentido de libertação e de valorização, pois como também relataram as entrevistadas elas se sentem mais seguras e independentes, além de visualizarem ser uma forma de possibilitar o desenvolvimento de suas habilidades. Bruno *et al* (2011), reforçam esse sentimento quando afirmam que a renda representa um símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais. O sentimento de independência está diretamente relacionado com ter uma renda própria e assim ela lhes é figura importante estando inteiramente associada à autonomia e à busca de igualdade de condições.

Paralelo a isso, ao indagarmos se elas se consideravam pessoas independentes, mesmo as entrevistadas tendo se expressado muito pouco, percebemos entre elas que todas têm em si um sentimento de independência oriundo da realização do seu trabalho, conforme Fragmentos 28, 29, 30 e 31:

(Fragmento 28) Sim [me considero], e isso é muito bom, ter meu próprio dinheiro fruto do meu trabalho **(E8)**.

(Fragmento 29) Claro, trabalhamos pra isso mesmo, pra sermos independentes **(E9)**.

(Fragmento 30) Eu me considero, eu sou independente **(E1)**.

(Fragmento 31) Acho que sim. É, porque eu trabalho né. Então eu sou **(E5)**.

Percebemos nos fragmentos que as entrevistadas ligam diretamente a percepção de independência ao fato de terem um trabalho, salientando “trabalhamos para isso, pra sermos independentes”. Além de reforçar a importância de ter seu próprio dinheiro, segundo Souza (2014), para as mulheres produtoras a atividade possibilita uma melhora na renda, ajudando promover sua autonomia econômica, aumento de sua sociabilidade, aumento na sua autoestima, além de um maior reconhecimento junto às famílias e a comunidade.

Almejando conhecer a percepção que as entrevistadas têm acerca do Feminismo, perguntamos a elas se já ouviram falar do termo e o que entendiam sobre o assunto, no qual uma parte mostrou desconhecimento do desenrolar da luta das mulheres pelos seus espaço e direitos – Fragmentos . Entre as que responderam conhecer, conceituaram como sendo “um grupo de mulheres à procura de direitos iguais” e o mais completo disposto nos Fragmentos 32, 33, 34 e 35:

(Fragmento 32) Já, só que assim eu num entendo bem **(E1)**.

(Fragmento 33) Olha eu nunca ouvi não, e também não sei falar **(E5)**.

(Fragmento 34) Já, eu entendo, que é a parte melhor, que muita gente não gosta de mulher trabalhando, mas eu entendo que já foi a coisa melhor que aconteceu, de mulher não ser sujeita a homem **(E2)**.

(Fragmento 35) (...) O pouco que eu vi a questão do feminismo, seria como se fosse um movimento das mulheres defendendo seus direitos e querendo mostrar, que elas tem capacidade de fazer as coisas e que todos tem que respeitar elas também e que elas tem direitos iguais aos homens, e elas tão lutando por isso, é o que eu entendo, né (E3).

A fala da entrevistada E3 vai de encontro ao entendimento das autoras Bandeira e Melo (2010, p.7) ao afirmarem que o movimento feminista nasceu das lutas de mulheres “contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres”. É uma ferramenta política de poder popular vem edificando a ampliação de espaços de atuação das mulheres, pois é por meio dela que as mulheres lutam por respeito ao trabalho digno, equidade e igualdade (SOUZA, 2014). Além disso, é importante frisar que ficou visível durante os encontros a consciência de que a mulher tem o direito de lutar por seus direitos e que isso vem acontecendo ao longo do tempo. Elas mesmas sem perceber têm em si a essência do feminismo estampada nas suas lutas diárias.

Ainda em relação aos fragmentos anteriores, ficou sobressaltada a diferença entre a resposta da entrevistada E3, que já é graduada, com as das demais participantes. Podemos dizer que o pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto é reflexo da baixa escolaridade que a maioria das agricultoras apresenta. O fato da entrevistada E3 ser graduada influenciou diretamente na elaboração da sua resposta, ficando claro que a escolaridade proporciona um entendimento mais amplo das relações de mundo.

As relações patriarcais no campo fazem com que o homem represente os interesses do conjunto e detenha o poder de decisão, sua atividade tem relações com dinheiro, capacitação profissional, formas de representação e responsabilidade jurídica pela propriedade da terra (FARIA, 2011; TEDESCHI, 2004). Hoje o cenário rural vem reformulando esses conceitos, o Censo realizado em 2010, divulgado pelo IBGE, apontou que já são mais de 3,5 milhões de mulheres atuando diretamente no campo (GLOBO RURAL, 2014). Isso significa que a posse do poder de decisão na produção e comercialização antes somente masculina agora é cada vez mais real também entre as mulheres.

Constatamos essa realidade com nossas entrevistadas quando questionamos sobre as tomadas de decisão. Como citado anteriormente, elas trabalham em grupos formados também por homens, então perguntamos quem toma as decisões sobre a produção e a comercialização da produção. A maioria das entrevistadas afirmou que a tomada de decisão é feita por todos juntos, como dito outra vez os grupos entrevistados têm a união como característica mais relevante. Podemos perceber também que mesmo a mulher podendo ter somente para si o poder da tomada de decisão não o faz sozinha, compartilha com os demais envolvidos haja vista que não realiza o trabalho sozinha – Fragmentos 36 e 37.

(Fragmento 36) É eu e minha família mesmo [quem toma as decisões]. Como a gente trabalha junto, as decisão nós toma junto também (E5).

(Fragmento 37) (...) Como somos um grupo, quando tem alguma coisa pra decidir referente a horta ou algum projeto que a gente esteja interessado nós nos reunimos conversamos e decidimos por uma coisa em comum que seja [bom] pra todos (E3).

Assim fica nítido na fala das entrevistadas que os grupos se utilizam da gestão participativa e da colaboração conjunta, pois todos os integrantes têm o mesmo valor dentro do grupo. Além disso, podemos perceber na fala da entrevistada E4 em resposta a mesma pergunta, que as relações de hierarquia existentes no ambiente familiar se configuram também na tomada de decisão de assuntos relacionados ao trabalho – Fragmento 38,

(Fragmento 38) É eu e o menino meu [quem toma as decisões], a palavra primeiro é eu, aí depois o menino, aí acompanha eu. Agora pra plantar é nós tudo, vamo conversando e entra no acordo e da tudo certo graças à Deus (E4).

Em relação ao sentimento que as entrevistadas têm quanto à atividade que desempenham, pedimos que relatassem o que seu trabalho representa, qual significado/importância tem na vida delas, conforme os Fragmentos 39, 40 e 41:

(Fragmento 39) Pra mim ele me renova a cada dia, eu sinto prazer mesmo em trabalhar com a terra (E9).

(Fragmento 40) Ele é um fator muito importante pra minha vida porque é ele que me ajuda a ter essa independência e poder me sustentar e ir atrás do que é bom pra mim, me desenvolver como pessoa e como produtora rural, uma lavradora, ele me ajuda em todos os sentidos (E3).

(Fragmento 41) Eu tando com ele [o trabalho], faço minhas coisas, compro o que eu quero sem precisar dizer meu marido eu vou comprar isso. Não, se eu quero uma coisa eu vou lá e compro, aí a gente conversa antes, eu gosto de conversar, de comunicar “marido eu vou fazer isso e isso” e ele diz pode comprar, o dinheiro é seu. Aí com isso meu trabalho é importante pra mim, sem ele eu não saberia nem o que fazer (E1).

Segundo Freitas (2006), para as mulheres o trabalho não significa apenas um fator econômico, ele representa um elemento gerador de auto-estima, de desenvolvimento intelectual, além de ser um formador da identidade feminina. Podemos perceber nos fragmentos que o trabalho não só pode trazer uma sensação de prazer e independência como também um sentimento de autonomia. Isso porque o dinheiro resultado do trabalho faz com que a mulher se encha de poder para decidir suas ações porque tem o dinheiro para pagar. Além disso, ainda na percepção de Freitas (2006), a renda oriunda do trabalho feminino hoje em dia, não é um mero supérfluo, mas sim uma necessidade na maior parte dos lares no mundo. Então observamos aqui que a mulher não está mais limitada apenas à figura da mãe, dona de casa, ela passa a compartilhar o status de chefe da família.

Ainda com o intuito de captar as percepções das entrevistadas em relação ao significado do seu trabalho, perguntamos a influência que a atividade agrícola tem nas suas vidas; se houve alguma mudança nas suas vidas oriundas do trabalho que realizam. As entrevistadas sinalizaram que sim, como exposto nos Fragmentos 42, 43, 44 e 45:

(Fragmento 42) Desde pequena eu sempre trabalhei, primeiro pra criar meus irmãos, aí na verdura pra ajudar meu esposo a manter a família, então influencia sim, só o fato de eu poder ajudar meu marido já é, entendi (E5).

(Fragmento 43) Assim teve, porque aumentou mais a renda, que de primeiro eu não trabalhava e a gente era bem apertado, aí eu comecei [a trabalhar], a gente ainda é apertado mas agora é menos, acho que é isso que mudou. Também a gente fica mais segura de si, porque quando tem nosso próprio dinheiro a gente sabe mais o que fazer, é outra coisa (E1).

(Fragmento 44) Várias mudanças, que nós vinham, antes, era nos transporte dos outros, nós vinha dependendo dos outros, hoje nós vem no que é de nós, nós vai na hora que quer, nós vem na hora que quer. O carro que nós usa é nosso mesmo, por nós ser tão unido, graças a deus nós agora possuímos nosso carrinho, e é de todos nós, todos cuidam pagam as despesas direitinho (E2).

(Fragmento 45) Sim, o trabalho que eu passei a realizar, eh, me ajudou muito na questão da visão de mundo que tinha, a realidade hoje eu vejo com outros olhos, a partir desse outro mundo que eu estou que o mundo da produção agrícola. A gente

se torna até mais pé no chão, porque a gente tem contato direto com as coisas, com a realidade (E3).

Podemos perceber que as respostas foram bem variadas sinalizando que o trabalho de cada uma resultou em uma conquista diferente. De maneira geral todas afirmaram que o trabalho ocasionou uma mudança no modo de ver o mundo, além de ter proporcionado mais qualidade de vida por meio da aquisição de renda e de ter proporcionado também a realização de um sonho: a compra de um carro. Em relação a esse último ponto, as entrevistadas esclareceram que o carro é fruto de uma compra conjunta, ou seja, as entrevistadas e demais participantes dos grupos uniram seus esforços e adquiriram o bem. Isso prova mais vez que os grupos entrevistados trabalham em harmonia, unindo forças para conseguir vencer os obstáculos e alcançar mais qualidade de vida e melhores condições de trabalho. Em meio a essas observações, podemos dizer que depois que as mulheres experimentam uma atividade produtiva rentável, elas não são mais as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, mudam sua visão, estão mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos (SALES, 2007). Além de conseguirem realizar sonhos por meio do esforço do seu trabalho.

No decorrer do trabalho, podemos perceber constantemente um sentimento de bem estar, de realização e de poder. Segundo Brumer e Spanavello (2011), o aumento dos sentimentos de autoestima e de poder nas mulheres à medida que passam a contar com novos documentos e a administrar os recursos recebidos é inegável. Nas considerações de Probst (2016), a mulher deixou de ser apenas uma parte da família para virar a chefe dela, o ingresso da figura feminina no mercado é uma vitória. E a conquista desses novos espaços pelas mulheres é o que faz com que a mulher sinta poder, com que ela se sinta cada vez mais segura de si e mais confiante para alcançar seus objetivos, então, embora o processo seja lento ele é sólido. Em relação a esse sentimento de poder, pedimos para nossas entrevistadas que relatassem qual o significado da palavra poder para cada uma delas, as respostas a esse questionamento estão dispostas nos Fragmentos 46, 47, 48, 49 e 50:

(Fragmento 46) Pra mim é sinônimo de segurança (E8).

(Fragmento 47) A gente poder pegar nossos trocado e comprar o que a gente quer comprar (E4).

(Fragmento 48) É algo que você precisa ter, você precisa ser uma pessoa que tenha poder sobre você mesma e sobre a situação (E3).

(Fragmento 49) A pessoa poder possuir alguma coisa pelo trabalho da gente (E2).

(Fragmento 50) Pra mim é a pessoa poder dar uma palavra, a gente ta fazendo uma coisa e poder opinar por aquilo, pra mim é isso (E1).

As respostas das entrevistadas sinalizaram mais uma vez para o fato de o dinheiro resultante do seu próprio trabalho fazer com que a mulher se encha de poder para decidir suas ações porque tem dinheiro para pagar. Elas relacionam poder com a ideia de independência financeira e também ao sentimento de segurança. Além disso, como visto no Fragmento 50 também representa ter voz e ser ouvida, poder opinar e participar das decisões que dizem respeito a família e ao trabalho. Observamos também, no decorrer da pesquisa, que fica subentendido a necessidade que a mulher – aqui retratada pelas entrevistadas – tem de se inserir nos espaços antes somente masculinos, de ter sua independência garantida com o seu próprio dinheiro fruto do seu próprio trabalho. Além também de ter a necessidade de se desprender da figura patriarcal que o homem representa na sociedade, assumindo assim a autonomia e a liberdade de fazer o que melhor lhe convém.

Ainda buscando captar mais percepções sobre poder, pedimos para as entrevistadas que dissessem se o trabalho que elas realizam lhes dava um sentimento de poder, se elas se sentiam poderosas. A maioria das entrevistadas respondeu que sim, conforme os Fragmentos 51, 52 e 53:

(Fragmento 51) Sim. Sinto porque em casa, vou falar de casa porque eu só vivo de casa pra roça, né, em casa quando eu chego, que eu to cansada e ele não tem feito as coisas, eu digo “você faça que eu vou pra roça”. De primeiro ele não fazia, dizia que quem tinha que fazer era eu. E agora depois que eu trabalho, oh já mudou, vai que eu to indo pra roça, se não fizer... A mulher tem poder! (E1).

(Fragmento 52) Me sinto, porque só em eu não precisar ser dependiosa de pai, de mãe, irmão nem de ninguém, só de meu próprio trabalho eu me sinto (E2).

(Fragmento 53) Graças a Deus me sinto muito, eu me sinto tão feliz graças a Deus que os menino meu diz assim “mãe deixa de ir pra feira que mãe já é aposentada”, mas eu ainda me sinto com vontade de vir ainda mais, aí eu digo “nam, meu filho enquanto eu tiver saúde eu continuo indo” (E4).

Podemos observar nos depoimentos que para elas o sentimento de poder está diretamente atrelado a autonomia e a bem estar. Além disso, podemos perceber no Fragmento 51 a posição que a entrevistada E1 conseguiu ocupar dentro de casa em relação a seu marido, ficando claro que assim como ela trabalha fora de casa para ajudar na renda da família, o seu marido também tem a obrigação de ajudar nas tarefas domésticas, fazendo perecer um paradigma que se arrastou durante anos: o trabalho produtivo e assalariado destinado exclusivamente ao homem, enquanto que o trabalho produtivo feminino no campo considerase apenas extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2011; TEDESCHI, 2004). A fala da entrevistada E1 representa claramente essa evolução que aos poucos as mulheres vêm conquistando, ocupar os mesmos papéis que os homens e estes participarem ativamente nas tarefas domésticas e na criação dos filhos. Além disso, representa uma mudança de paradigma em relação à divisão do trabalho que ao longo do tempo tornou natural ser justificada com base nas características biológicas de cada sexo, hoje se fundamenta de acordo com as necessidades (TEDESCHI, 2004).

O trabalho feminino no campo e de maneira geral no mercado era assolado pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais, o trabalho da mulher restringia-se apenas a tarefas relacionadas à família, ser mãe, esposa e dona de casa (FARIA, 2011; TEDESCHI, 2004). Hoje essa concepção mingua, pois é crescente entre os lares a inversão de papéis entre homens e mulheres, no qual a mulher passa a trabalhar fora e o homem a assumir o cuidado com os filhos. Esse novo perfil de chefia da família é evidenciado em outro depoimento da entrevistada E1, em complemento ao que ela havia dito no Fragmento 51. Perguntamos a ela se o seu marido também participava da comercialização da produção na feira-livre de Picos, para o qual ela respondeu: “não, ele fica em casa olhando os meninos que são pequenos ainda, ele fica lá e eu que venho pra cá vender”. Essa fala é o retrato dessa mudança, pois, como apontou a pesquisa “Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil” realizada pelo IBGE no Censo 2010, em uma década o número de mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros aumentou de 18,1% para 24,9% (PROBST, 2016). A inversão de papéis já é uma realidade no contexto urbano, embora a população rural apresente maior resistência a essa mudança podemos dizer que ela está aos poucos penetrando o contexto rural, pois como mostram os fragmentos já está havendo mudança de paradigma nesse contexto.

Podemos elencar mais um ponto usado para justificar a divisão do trabalho: a idade está entre os principais critérios que determinavam o tipo de atividade a ser exercida (TEDESCHI, 2004). Percebemos no Fragmento 53 que quando uma pessoa se aposenta, essa

perde o valor profissional que tem, isso porque o trabalho se configura no perfil de um jovem adulto. A sociedade e a própria família pensam que o idoso não serve mais para o serviço. Observamos também a resistência que a entrevistada tem ao afirmar que enquanto tiver boa saúde continuará trabalhando na feira-livre, pois ainda se sente com vontade de trabalhar e “tão feliz” com isso – reafirmando a consideração que Freitas (2006) faz em torno do trabalho: um elemento gerador de auto-estima e formador da identidade.

Para finalizar a seção, pedimos que as entrevistadas relatassem sobre o pensamento de suas famílias em relação ao trabalho que realizam e falassem se já sofreram alguma humilhação ou preconceito por serem mulheres que trabalham.

Em relação ao apoio e aceitação da atividade pela família, elencamos esse ser um ponto importante para as entrevistadas, pois faz com que se sintam mais fortalecidas para continuarem trabalhando. Todas relataram receber apoio da família, os Fragmentos 54, 55 e 56 retratam o pensamento das famílias das entrevistadas:

(Fragmento 54) Mulher o que eles pensam, é que tudinho tem a vontade de ser o mesmo que eu sou, de trabalhar que nem eu, mas num tem a coragem que nós mulher do grupo tem, que nós as mulheres é que vem, toma de conta da feira, das vendas, faz as compras. Ah e eles apoiam demais nós, nosso trabalho (E2).

(Fragmento 55) Fica feliz por sermos dedicada e responsável com nosso trabalho (E8).

(Fragmento 56) Apoiam, admiram nosso esforço e incentivam (E9).

Percebemos que nossas entrevistadas tem seu trabalho reconhecido pela família e amigos assim como pela comunidade. Em relação a essa sensação de reconhecimento perante os demais, Probst (2016) explana que para a mulher ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

No que diz respeito às barreiras que surgem pelo fato de serem mulheres, as entrevistadas afirmaram que durante todo o tempo que trabalham não encontraram barreiras por serem mulheres que trabalham. Pelo contrário são respeitadas e admiradas pela coragem que têm e até recebem ajuda de colegas da feira quando surge algum fator que sozinhas não conseguem resolver como “carregar peso e coisas do tipo”, conforme os Fragmentos 57 e 58:

(Fragmento 57) Não, sempre a gente foi respeitada, assim, o pessoal até ajuda às vezes (E3).

(Fragmento 58) Graças a Deus minha filha, o pessoal até se admira às vezes da coragem que nós tem (E4).

Ainda sobre a temática perguntamos às entrevistadas se alguma vez sofreram algum preconceito, humilhação ou desacato. Todas as entrevistadas afirmaram não ter passado por esse tipo de constrangimento e ressaltaram que sempre foram respeitadas, tanto na feira-livre de Picos como também na comunidade onde moram. Esse é o resultado que toda mulher almeja haja vista suas lutas por respeito ao trabalho digno, equidade e igualdade (SOUZA, 2014).

Diante das análises realizadas percebemos que a atividade desenvolvida pelas entrevistadas dá sentido a suas vidas e ânimo para enfrentar as barreiras que a sociedade impõe. Percebemos também que para elas a atividade rural – muitas vezes não reconhecida – representa uma profissão digna de prestígio social, pois é através desse trabalho que elas passaram a ter acesso a uma renda, a ter convívio social aprendendo umas com as outras e compartilhando saberes e experiências. Além disso, é nítido o sentimento de poder, bem estar,

independência e segurança que a atividade agrícola proporciona para essas mulheres agricultoras rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tivemos como objetivo compreender como se caracteriza o cotidiano de trabalho das agricultoras rurais da Comunidade Engano dos Rodrigues, Santana do Piauí, que comercializam sua produção na cidade de Picos/PI aos sábados, identificar os fatores que fazem da profissão uma ferramenta de empoderamento e analisar a percepção de empoderamento que as agricultoras rurais têm quanto a sua atividade. A partir dos dados coletados, observamos que a maioria das mulheres que atuam nessa atividade começou a trabalhar por necessidade e ainda na infância, para ter seu próprio dinheiro além de complementar o sustento da família. Deixando de ser apenas dona-de-casa e passando a contribuir significativamente com a renda familiar. E que mesmo não tendo sido por opção própria se mostram satisfeitas com a atividade que desempenham, ficando forte a marca do prazer em trabalhar com a terra.

Percebemos serem grupos que trabalham em cooperação buscando a união e forças para superar os impasses da profissão. A atividade desenvolvida pelas entrevistadas dá sentido a suas vidas e ânimo para enfrentar as barreiras que a sociedade impõe. Percebemos também que para elas a atividade rurícola representa uma profissão digna de prestígio social, pois é através desse trabalho que elas passaram a ter acesso a uma renda, aprendendo umas com as outras e compartilhando saberes e experiências. O trabalho tem a função de garantir a independência da mulher em relação ao homem, trazendo em si um sentido de libertação e de valorização, pois permite sensações de segurança e independência. Ficou bastante nítida na pesquisa a importância que a renda auferida através do trabalho feminino representa: um símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais. Pois, o sentimento de independência está diretamente relacionado com ter uma renda própria, e está inteiramente associada à autonomia e à busca de igualdade de condições, aumento de sociabilidade, aumento de autoestima, e maior reconhecimento. O trabalho ocasiona uma mudança no modo de ver o mundo, além de proporcionar mais qualidade de vida por meio da aquisição de renda e de proporcionar também a realização de sonhos.

O sentimento de bem estar, de realização e de poder é presente no cotidiano de trabalho dos grupos. A conquista de novos espaços pelas mulheres é o que faz com que a mulher sinta poder, com que ela se sinta cada vez mais segura de si e mais confiante para alcançar seus objetivos. Então, embora o processo seja lento ele é sólido, constatamos com o nosso trabalho que a inversão de papéis já é uma realidade no contexto urbano, e que embora a população rural apresente maior resistência a essa mudança podemos dizer que ela está aos poucos penetrando o contexto rural, e que já está havendo mudança de paradigma nesse contexto. A constatação de que as agricultoras do estudo não terem passado por algum tipo de constrangimento e ressaltado que sempre foram respeitadas, tanto na feira-livre de Picos como também na comunidade onde moram representa o reconhecimento do trabalho árduo e da capacidade que a mulher tem de desempenhar bem uma profissão.

Constatamos também que embora tenham algumas participado de projeto realizado pelo órgão municipal da cidade, as agricultoras da região não contam com uma iniciativa maior dos órgãos e entidades da região, o que possibilitaria: maior aprendizado técnico, melhor qualidade do produto e melhores condições de trabalho. Constatamos também a ínfima quantidade de estudos de cunho feminista rurícola na região. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de continuidade de pesquisas acerca desta temática por meio da investigação de outros atores sociais.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.; MELO, H. **Tempos e Memórias** Movimento Feminista no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRUNO, R.; AQUINO, S.; JALIL, L.; WESZ JUNIOR, V; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CARNEIRO, M. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 11-22, jun. 1994.

CAVALCANTE, R.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 12. ed., 1991.

EXAME. **Conheça 8 mulheres que influenciaram o feminismo no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/conheca-8-mulheres-que-influenciaram-o-feminismo-no-brasil>>. Acesso em 18 jul. 2016.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

_____. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FARIAS, R.; RODRIGUES, A. Configurações de gênero e sentidos sociais do trabalho feminino: o caso da lavanderia comunitária de Muriaé/MG. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Salvador, v. 7, n.3, p. 49-62, out. 2014. **Anais...** Salvador: CONINTER, 2014.

FREITAS, M. O século das mulheres. Especial mulheres: mulheres e administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 5, n. 2, mai./jun. 2006.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GEORGIN, J.; WIZNIEWSKY, J.; OLIVEIRA, G.; ROSA, A. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 01–09, set./dez., 2015.

GLOBO RURAL. **Cresce a participação das mulheres que atuam diretamente na zona rural**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2014/03/cresce-participacao-das-mulheres-que-atuam-diretamente-na-zona-rural.html>>. Acesso em 02 mar. 2016.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun.1995.

LAIZO, D. **Você sabe qual é a origem da opressão da mulher?** Feminismo sem demagogia. 2013. Disponível em: <<https://feminisemdemagogia.wordpress.com/2013/06/29/voce-sabe-a-origem-da-opressao-da-mulher-dica-de-leitura-a-origem-da-familia-da-propriedade-privada-e-do-estado/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

LOPES, J.; PONTILI, R. Contribuição dos rendimentos da mulher, alocada no mercado de trabalho agrícola, para a renda familiar: um comparativo das PNAD's de 1997 e 2004. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sober, 2007.

MENDEZ, N. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e trabalho, Portal Fundação de Economia e Estatística**, Rio Grande do Sul, v. 5, p. 51-63, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039>>. Acesso em 19 jul. 2016.

OLIVEIRA, A. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PORTAL BRASIL. **Brasileiras lutam pela igualdade de direitos**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

PROBST, E. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed. 2013.

REED, E. **O mito da inferioridade da mulher**. 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, mai./ago. 2007.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

SILVA, A.; FOSSÁ, M.; Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: EnEPQ, 2013.

SOUZA, W. **A participação das mulheres na agroecologia**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e desenvolvimento rural). Programa de Pós-graduação em Agroecologia e desenvolvimento rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2014.

TEDESCHI, L. A. Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Contexto e Educação**, Unijuí, p.45-64, jan./dez. 2004.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS AGRICULTORAS

1. Nome/ Idade
2. Estado Civil (Casada /Solteira/Divorciada) Se casada, qual a profissão do esposo ou companheiro
3. Mora com quem? (Quantas pessoas moram com você? Quantas pessoas trabalham e com o que?)
4. Tem filhos? (quantos/qual idade/se trabalham e/ou estudam)
5. Qual sua escolaridade? (estudou até qual série) se não estudou, porquê? Se não concluiu, porquê?
6. Qual a sua profissão? (Conte quando e como começou na agricultura/ Como aprendeu, onde, com quem, por que)
7. Você trabalha apenas com isso ou possui outras atividades? (se tem outra fonte de renda além da agricultura/ se é fixa?)
8. Recebe algum benefício do governo (bolsa família)?
9. O seu trabalho se deu por opção própria ou por necessidade? Se a primeira, por que você escolheu trabalhar com isso? (falar/explicar sobre)
10. O que você faz? (Descreva suas atividades/ O que produz/Comercializa)
11. Quantas pessoas estão envolvidas neste trabalho? O trabalho e o lucro são divididos? Como funciona? (De que maneira é feita a comercialização? Individual/em grupo?)
12. Qual o local em que você trabalha? (falar sobre o local de plantação e o local de venda) A propriedade que você planta está no seu nome? Qual o tamanho?
13. Comente sobre sua renda (se é suficiente para a família)
14. Quanto do cultivo vai para sua própria alimentação (da família)? E para vender?
15. Quais as dificuldades que você encontra com a atividade agrícola?
16. Você já passou por alguma humilhação, preconceito ou algo do tipo por você “trabalhar na roça”, por ser uma mulher “que trabalha”. Conte sobre isso.
17. Você participa ou já participou de eventos e feiras?
18. Já utilizou algum empréstimo para desenvolver a plantação?
19. Já recebeu algum tipo de ajuda especializada para desenvolver sua atividade? de quem? Fale sobre
20. Já participou de algum curso para melhorar a sua produção, aprender alguma técnica? Fale sobre
21. O que você pensa sobre o trabalho feminino? (as mulheres trabalhando)
22. Já ouviu falar em feminismo? O que você entende sobre isso?
23. Quem toma as decisões sobre a produção e a comercialização da sua produção?
24. O que sua família pensa sobre seu trabalho? (se apoia/ auxilia/ o que cônjuge e filhos pensam sobre)
25. Você se considera uma pessoa independente?
26. O que seu trabalho representa para você? (que significado tem para você, qual a importância?) fale mais sobre isso
27. Seu trabalho influencia/influenciou em algo na sua vida (se houve alguma mudança)? Conte sobre isso
28. Para você, qual o significado de poder?
29. Você sente poder com o trabalho que realiza? Se sente poderosa?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, Tamires Leal Rêgo,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Mulheres do campo: empoderamento e valo-
rizações do trabalho no cotidiano de agricultoras rurais.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 24 de Agosto de 20 16.

Tamires Leal Rêgo
Assinatura